

V. 6

Nº 1



# BORDAGENS

REVISTA DE SOCIOLOGIA

ISSN: 2674-824X

*Fluxa Contínua*

João Pessoa  
Jan-Jun  
2025

**Revista *Abordagens*** – Revista discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, v. 6, n. 2, jan./jun. 2025.

#### **Editores da edição**

D'Angelles Coutinho Vieira (PPGS | UFPB)  
Dayane Trindade Macedo (PPGS | UFPB)  
Kátiusca Torres Medeiros (PPGS | UFPB)  
Lays Lopes Carvalho (PPGS | UFPB)  
Rafael Teixeira de Abreu (PPGS | URGs)

#### **Comissão Editorial**

Bruna Navarone Santos (PPGEBS/IOC/Fiocruz)  
D'Angelles Coutinho Vieira (PPGS | UFPB)  
Davi Lucena Barreto (PPGS | UFPB)  
Dayane Trindade Macedo (PPGS | UFPB)  
Lays Lopes Carvalho (PPGS | UFPB)  
Kátiusca Torres Medeiros (PPGS | UFPB)  
Kiuwre Freitas (PPGS | UFPB)  
Luciana Carmélio Silva Rodrigues Melo (PPGS | UFPB)  
Maria Clara Lima de Menezes (PPGS | UFPB)  
Rafael Teixeira de Abreu (PPGS | URGs)

#### **Comitê Editorial**

D'Angelles Coutinho Vieira (PPGS | UFPB)  
Lays Lopes Carvalho (PPGS | UFPB)  
Luciana Carmélio Silva Rodrigues Melo (PPGS | UFPB)

#### **Conselho Consultivo**

Aécio Amaral (DCS/UFPB);  
Ana Clara Correa Henning (PPGD/UFPEL);  
Artur Perrusi (Sociologia/UFPE);  
Elaine da Silveria Leite (Sociologia/UFPEL);  
Fernando de Figueiredo Balieiro (Ciências Sociais/UFSM);  
Helber Tavares (UEPB);  
Maurício Rombaldi (PPGS/UFPB);  
Mauro Guilherme Pinheiro Koury (PPGA/UFPB);  
Marcus Vinicius Spolle (Sociologia/UFPEL);  
Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Sociologia/UFRPE);

Nildo Avelino (DCS/UFPB);  
Nirvana Rafael de Sá (UFPB/PPGG);  
Patrícia Alves Ramiro (PPGS/UFPB);  
Paula Cordeiro (Sociologia/URCA);  
Roberto Marques (Sociologia/URCA);  
Rochelle Feline Fachineto (Sociologia/UFRGS);  
Simone Magalhães Brito (PPGS/UFPB);  
Vanderlan Silva (Ciências Sociais/UFCG);  
Wendell Freitas (Sociologia/UFCA);

**Capa**

Lays Lopes Carvalho (PPGS | UFPB)





## **Apresentação da Edição da Revista Abordagens – Volume 6, Número 1 (2025)**

É com grande satisfação que apresentamos a edição de janeiro-junho de 2025 da *Revista Abordagens*, publicação discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esta edição marca um momento significativo na trajetória da revista, sendo a primeira publicação dentro do modelo de fluxo contínuo. Esse novo formato visa otimizar a disseminação do conhecimento acadêmico, permitindo a publicação de artigos de forma mais ágil e flexível, à medida que são aprovados, sem a necessidade de esperar por uma edição específica. Com isso, a revista reafirma seu compromisso com a excelência na divulgação das pesquisas em Sociologia, mantendo a relevância e a atualidade dos debates que permeiam a disciplina.

O trabalho que abre esta edição é o ensaio de Dayane Trindade Macedo, intitulado "*Análise de trajetórias como ferramenta metodológica nas ciências sociais: Relevância e contribuições no cenário brasileiro*". Este ensaio propõe uma reflexão sobre como as trajetórias sociais individuais e coletivas podem revelar as estruturas sociais subjacentes, abordando a precarização do trabalho e as desigualdades geradas por esses processos, com base nas discussões sobre o neoliberalismo e a meritocracia.

Em seguida, o ensaio "*Dinâmicas de poder, Estado e masculinidades: reflexões e perspectivas teóricas*", propõe uma análise das intersecções entre o Estado, gênero e masculinidades, com ênfase nas masculinidades negras e as complexidades dessas interações com raça e classe social. Este trabalho busca questionar e ampliar as discussões sobre o conceito de Estado patriarcal, levando em consideração as múltiplas dinâmicas de poder presentes na sociedade contemporânea.

Na seção de resenhas, temos "*Carta Magna da Umbanda*", de Ortiz Belo de Souza. Esta obra trata da importância da Umbanda como uma religião genuinamente brasileira e a sua relação com os direitos das religiões afro-brasileiras no contexto atual de crescente intolerância religiosa. A resenha de Eduardo Cristiano Hass da Silva contribui para a compreensão do impacto deste documento na luta pela legitimação e proteção dessa religião.

Além disso, a edição traz uma discussão sobre as problemáticas de gênero e sexualidade, com textos que abordam questões como feminicídio, violência contra as mulheres, e as complexidades das relações de gênero na sociedade contemporânea. A contribuição de Jéfferson Balbino oferece uma visão panorâmica sobre as questões de gênero e sexualidade na atualidade, refletindo sobre as formas de controle e subversão que essas problemáticas geram no cenário sociológico.

Por fim, a *Revista Abordagens* reafirma seu compromisso com a reflexão crítica e a contribuição para o debate social, com o objetivo de provocar discussões que interliguem teoria e prática sociológica, especialmente no que diz respeito às questões de poder, desigualdade e resistência.

Desejamos uma leitura instigante e enriquecedora a todos os nossos leitores.

### **Comissão Editorial**

*Revista Abordagens*

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

# Índice

## Ensaaios

Análise de trajetórias como ferramenta metodológica nas ciências sociais: Relevância e contribuições no cenário brasileiro..... 7

*Dayane Trindade Macedo*

Dinâmicas de poder, Estado e masculinidades: reflexões e perspectivas teóricas..... 18

*Karolayne da Cunha Gonsalves*

## Resenhas

SOUZA, Ortiz Belo de. Carta Magna da Umbanda: Documento Oficial para a Religião da Umbanda. São Paulo: Instituto Carta Magna da Umbanda, 2020, 60 p..... 32

*Eduardo Cristiano Hass da Silva*

Problemáticas de Gênero e Sexualidade: um panorama sociológico desses fenômenos sociais..... 37

*Jéfferson Balbino*

## **Análise de trajetórias como ferramenta metodológica nas ciências sociais: Relevância e contribuições no cenário brasileiro**

Dayane Trindade Macedo<sup>1</sup>

### **Resumo**

A incorporação de novas linguagens baseadas em uma nova lógica de obtenção de lucros, está diretamente ligada à ideia de que basta um esforço pessoal para conseguir alcançar objetivos – esses também fomentados pela lógica capitalista neoliberal. Um novo léxico é fundamental para que indivíduos se vejam não mais como meros empregados, mas agora como “colaboradores”, como parte de uma empresa que é como uma “grande família”. A crença de que as posições que ocupamos dependem simplesmente de mérito individual ganha ainda mais força porque nos fechamos em análises economicistas, que desconsideram processos de socialização, como por exemplo a socialização familiar, escolar, religiosa. O objetivo deste ensaio é elaborar uma discussão sobre a relevância do estudo de trajetórias como método de análise social, atentando para histórias individuais e de grupos que expressam as estruturas sociais existentes, a partir de que elementos se dá a manutenção ou rompimento dessas estruturas, e como tais estruturas sedimentam desigualdades – não somente a nível material, mas simbólico em inúmeros sentidos. Este ensaio é resultado de um breve levantamento bibliográfico sobre o tema, inspirado em discussões sobre a precarização do trabalho no Brasil, classes e frações de classe que se expressam desde o início dos anos 2000.

**Palavras-chave:** Análise de trajetórias. Precarização. Neoliberalismo.

### **Trajectory analysis as a methodological tool in social sciences: Relevance and contributions in the Brazilian scenario**

### **Abstract**

The incorporation of new languages based on a new logic of obtaining profits is directly linked to the idea that personal effort is enough to achieve objectives – these also fostered by neoliberal capitalist logic. A new lexicon is essential for individuals to see themselves no longer as mere employees, but now as “collaborators”, as part of a company that is like a “big family”. The belief that the positions we occupy simply depend on individual merit gains even more strength because we close ourselves in economic analyzes that disregard socialization processes, such as family, school and religious socialization. The objective of this essay is to elaborate a discussion on the relevance of studying trajectories as a method of social analysis, paying attention to individual and group stories that express existing social structures, through which elements the maintenance or disruption of these structures takes place, and how such structures sediment inequalities – not only at a material level, but symbolic in countless senses. This essay is the result of a brief bibliographical survey on the topic, inspired by discussions about the precariousness of work in Brazil, classes and class fractions that have been expressed since the beginning of the 2000s.

**Keywords:** Trajectory analysis. Precariousness. Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutoranda (PPGS / UFPB) E-mail: dayanetrindadem@gmail.com.

## **El análisis de trayectoria como herramienta metodológica en ciencias sociales: Relevancia y contribuciones en el escenario brasileño**

### **Resumen**

La incorporación de nuevos lenguajes basados en una nueva lógica de obtención de ganancias está directamente ligada a la idea de que el esfuerzo personal es suficiente para alcanzar objetivos –estos también fomentados por la lógica capitalista neoliberal–. Un nuevo léxico es esencial para que las personas ya no se vean como simples empleados, sino como “colaboradores”, como parte de una empresa que es como una “gran familia”. La creencia de que las posiciones que ocupamos dependen simplemente del mérito individual gana aún más fuerza porque nos cerramos en análisis economicistas que ignoran los procesos de socialización, como la familia, la escuela y la socialización religiosa. El objetivo de este ensayo es elaborar una discusión sobre la relevancia de estudiar las trayectorias como método de análisis social, prestando atención a historias individuales y grupales que expresan estructuras sociales existentes, a través de qué elementos se produce el mantenimiento o disrupción de dichas estructuras, y cómo tales estructuras sedimentan las desigualdades, no sólo a nivel material, sino también simbólico en innumerables sentidos. Este ensayo es el resultado de un breve recorrido bibliográfico sobre el tema, inspirado en las discusiones sobre la precariedad del trabajo en Brasil, las clases y las fracciones de clase que se han expresado desde principios de la década de 2000.

**Palabras-clave:** Análisis de trayectoria. Precariedad. Neoliberalismo.

### **Introdução**

A crença comum de que ocupamos determinadas posições no mundo social de acordo com nosso mérito individual e nossa habilidade pessoal para enfrentar a vida, é uma mentira que ganha força em sociedades – como a brasileira – que são regidas pelo que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de “novo espírito do capitalismo”. O que também pode ser colocado como a “alma” do neoliberalismo. De acordo com os autores,

As possibilidades de contratação temporária, uso de mão de obra substituta e horários flexíveis, bem como a redução dos custos de demissão desenvolveram-se amplamente no conjunto dos países da OCDE<sup>2</sup>, cerceando aos poucos os dispositivos de proteção instaurados durante um século de luta social. Paralelamente, as novas tecnologias de comunicação, encabeçadas pela telemática, possibilitaram gerar encomendas em tempo real em nível planetário, conferindo meios para uma reatividade mundial até então desconhecida. Foi um modelo completo de gestão da grande empresa que se transformou sob esse impulso, para dar origem a

---

<sup>2</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

uma maneira renovada de obter lucros. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 22).

A incorporação de uma nova linguagem, baseada nessa nova lógica de obtenção de lucros, está ligada diretamente à ideia de que basta um esforço pessoal para conseguir alcançar objetivos – objetivos esses também fomentados pela lógica capitalista neoliberal. Um novo léxico foi e é fundamental para que indivíduos se vejam não mais como meros empregados, mas agora como “colaboradores”, como parte de uma empresa que é como uma “grande família”. Aliado a isso, Jessé Souza (2009) indica que essa crença – citada inicialmente, de que as posições que ocupamos dependem simplesmente de mérito individual – ganha ainda mais força porque nos fechamos em análises economicistas, que desconsideram processos de socialização, como por exemplo a socialização familiar, escolar, religiosa. Ele defende que

Como todas as condições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida simplesmente não são percebidas, o “fracasso” dos indivíduos de classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual. (SOUZA, 2009, p. 20).

É com isso em mente que podemos falar sobre a importância do estudo de **trajetórias sociais**. A análise de trajetórias nos dá ferramentas para refletirmos, a partir de histórias individuais e de grupos, sobre algo maior, como as estruturas existentes que sedimentam as desigualdades. Caminhando ao lado de Bourdieu (2008), quando falamos em estruturas nos referimos a ideia de um sistema de hierarquias de poder e privilégio, que é formado por diversos aspectos (econômicos, culturais etc.), no qual a ação do indivíduo é informada pelo lugar que ele ocupa na sociedade – posições que são ocupadas não por mero acaso do destino, mas, fundamentalmente, por um contexto histórico-político-social, seu *habitus*, os tipos de capital que possui. Essas ações transcendem os agentes singulares. Ao mesmo tempo, as estruturas não são algo fixo e determinado (ou determinante), são produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação, logo, passíveis de transformação.

Pensar em trajetórias a partir da discussão de Bourdieu é equivalente a pensar em “destinos coletivos”. Segundo ele, as trajetórias são influenciadas pela classe social em que estamos inseridos, com uma provável repetição ao longo do tempo. Entretanto, não é

algo determinante, como mencionado anteriormente. Ele defende que a passagem de uma posição social para outra depende de acontecimentos coletivos e individuais, que são colocados como aleatórios, mas que na realidade dependem das posições previamente ocupadas e das disposições (*habitus*) dos agentes. Quando fala em *habitus*, Bourdieu (2007, p. 191) se refere a um “sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. É possível que um indivíduo construa uma trajetória diferente da do seu grupo de origem, mas suas práticas continuam sendo influenciadas pelo seu “destino de classe”.

Desse modo, a análise de trajetórias, seguindo um viés bourdieusiano, se mostra interessante porque torna possível um debate que desmantela o argumento meritocrático que responsabiliza os indivíduos pelo seu “sucesso” ou “fracasso” e joga para debaixo do tapete as verdadeiras razões que mantém os desprivilegiados em posições de subalternidade e desigualdade constante. Para Rombaldi e Tomizaki (2023, p. 730), o estudo de trajetórias é importante justamente porque se faz necessário “observar a relação entre as condições estruturais e a dinâmica das práticas sociais, para além de interpretações centradas exclusivamente na racionalidade econômica – como se os indivíduos detivessem as mesmas capacidades de julgamento”. Indivíduos que partem de lugares diferentes, que acumulam (ou não) diferentes capitais (econômico, cultural, intelectual, social etc.), têm chances diferentes, acessam oportunidades diferentes (ou não acessam). Alguns trabalhos como os de Ricardo Visser, Brand Arenari, Roberto Torres, Patrícia Mattos, entre outros presentes em “Ralé brasileira” e “Os batalhadores brasileiros” – livros organizados por Jessé Souza (2009, 2012, respectivamente) –, bem como discussões sobre o mundo do trabalho elaboradas por Rombaldi e Tomizaki, têm grande relevância no que diz respeito a argumentação sobre a importância da análise de trajetórias para a Sociologia.

### **Análise de trajetórias enquanto método**

A análise de trajetórias faz parte do *hall* de possibilidades metodológicas nas Ciências Sociais. Como em toda pesquisa sociológica, é necessário, segundo Bourdieu (2010), que haja consciência sobre a construção e os **procedimentos** necessários e

estruturantes para a construção do objeto. Segundo Angela Alonso (2016, p. 9), a análise de trajetórias pertence a um grupo de métodos qualitativos que “ambicionam desvendar estruturas e processos sociais invisíveis a olho nu, por meio de técnicas de reconstrução histórica” e, assim como outros métodos, possui vantagens e desvantagens. Para Alonso, a análise de trajetórias – “prima das prosopografias” – é:

O estudo de processos sociais por meio de mudanças e/ou permanências de posição (econômica, familiar, escolar, profissional, política etc.) nas vidas dos indivíduos – ou, eventualmente, entre gerações de uma mesma família ou grupo. Visam a desvendar e descrever articulações entre os fenômenos objetivos e a experiência subjetiva ao longo da vida de vários indivíduos, para identificar uma sequência recorrente, por meio da identificação de padrões similares em várias histórias individuais. Isto é, visam a tipificar o trajeto – daí o nome – pelo qual os indivíduos chegam a ocupar as posições sociais que ocupam. (ALONSO, 2016, p. 13-14).

Os estudos de trajetórias se dividem em dois tipos: trajetórias objetivas e subjetivas. O primeiro diz respeito às posições sociais que o indivíduo ocupou ao longo de sua vida, e que compõem sua subjetividade. O segundo tipo busca reconstruir os sentidos dados pelos indivíduos a eventos que viveram e consideram significativos. Nesse caso, o objetivo é, segundo Alonso (2016, p. 14), “encontrar as lógicas (cognitiva, afetiva, pessoal e social) atribuídas pelos indivíduos ao conjunto de escolhas que realizaram em seus percursos biográficos. Trata-se, pois, de uma reconstrução subjetiva das posições objetivas, que são vividas como histórias pessoais”.

Se uma das propostas da Sociologia é restituir o sentido de nossas ações, como sugere Bourdieu (2006, p. 92), o estudo de trajetórias é uma opção metodológica bastante eficaz para alcançar esse propósito, já que viabiliza a compreensão de ações individuais e das percepções desses indivíduos sobre suas próprias ações diante de uma estrutura pré-estabelecida e dos processos sociais que essa estrutura engendra. Enquanto as trajetórias objetivas, juntamente com a prosopografia, possibilitam a generalização, as trajetórias subjetivas, ao lado da biografia e história de vida, ganham em profundidade. Ao mesmo tempo, essas ferramentas metodológicas – assim como tantas outras – tem limites e desvantagens. No caso das trajetórias objetivas, por exemplo, a dimensão subjetiva dos interlocutores acaba se perdendo. Sobre esse ponto Alonso defende que

As análises de trajetória subjetiva têm, obviamente, problemas similares aos da história de vida. Ambas podem perder informações

relevantes sobre dados objetivos que influenciam a trajetória do indivíduo, como a renda familiar, o grau de escolaridade, a região de origem, a geração, se estes forem negligenciados nas narrativas. Desse ponto de vista, biografias, prosopografias e trajetórias objetivas são mais vantajosas, pois trabalham com as vidas dos indivíduos, mas não necessariamente com as suas narrativas, e, mesmo quando se valem disso, completam ou cotejam os relatos com fontes documentais para aferir a sua confiabilidade. As trajetórias objetivas, contudo, têm a desvantagem contrária: a análise expurga aspectos subjetivos considerados idiossincráticos e, assim, pode perder os contextos de experiência – redes de amizade, de compadrio etc. – que condicionam os rumos das vidas individuais. (ALONSO, 2016, p. 16).

As entrevistas, por exemplo, são um meio de acessar essas trajetórias. Elas podem ser elaboradas como um tipo de roteiro que conduz a conversa, com algumas questões que são importantes de serem observadas, como contexto familiar, educacional, religioso, ocupacional etc. A elaboração de um roteiro de entrevista – assim como qualquer questionário – deve ser feita com clareza sobre o que se busca apreender. É imprescindível também falar a “mesma língua” dos interlocutores, pois o que pode ser óbvio para quem pergunta, muitas vezes não faz sentido para quem responde. Para Bourdieu:

Sempre que o sociólogo for inconsciente em relação à problemática implicada em suas perguntas, privar-se-á de compreender a problemática que os sujeitos implicam em suas respostas: nesse caso, estão preenchidas as condições para que passe despercebido o equívoco que leva a descrever, em termos de ausência, determinadas realidades dissimuladas pelo próprio instrumento da observação e pela intenção, socialmente condicionada, do utilizador do instrumento. (BOURDIEU, 2010, p. 56).

É interessante sinalizar que um trabalho que tem como principal instrumento metodológico a análise de trajetórias precisa estar atento ao que Bourdieu (1986) chama de “ilusão biográfica”, ou seja, a ideia de que a história de vida seria algo com um desenvolvimento lógico, cronológico, coerente. Bourdieu critica a artificialidade que pode existir quando atribuímos sentido e conexões a determinados eventos, os quais certas vezes tem pouca ou nenhuma conexão. A compreensão de uma trajetória parte do pressuposto de que os agentes ocupam posições variadas em variados campos, e é necessário conhecer “os estados (aos menos os mais pertinentes) sucessivos do campo em que ela se desenvolve para estabelecer relações objetivas entre os agentes nesse mesmo

Revista Abordagens, v. 6, n. 1, jan./jun.2025. E-ISSN: 2674–824X

campo e afrontados com o mesmo espaço de possíveis” (COSTA, 2015, p. 65). Além disso, é possível (e mesmo necessário) ir além, utilizando outras fontes como documentos, dados quantitativos (se for o caso) etc. Bourdieu defende que não há uma regra específica sobre o uso de diferentes métodos para analisar a realidade, contanto que seu uso seja “controlado por uma reflexão metódica sobre as condições e limites de sua validade que, em cada caso, depende de sua adequação ao objeto, isto é, à teoria do objeto” (BOURDIEU, 2010, p. 64).

### **Algumas contribuições**

Alguns nomes citados ao longo deste trabalho demonstram a fecundidade do estudo de trajetórias no campo das Ciências Sociais e, entre esses, destacamos aqui dois livros organizados por Jessé Souza: “Os batalhadores brasileiros” (2012) e “Ralé brasileira” (2009). Livros que são resultado de pesquisas de campo construídas por diversos/as colaboradores/as, onde elaboram uma discussão sobre classe e frações de classe no Brasil no início dos anos 2000. O argumento central é de que existem conjuntos de indivíduos que fazem parte de frações de classe específicas – a **ralé** e os **batalhadores** –, que compreendem e acessam o mundo a partir das posições que ocupam e das suas trajetórias que, diferente do que se imagina, pouco ou nada têm de individual.

Para ilustrar, uma das pesquisas que compõem “Os batalhadores brasileiros” é o trabalho de Ricardo Visser, intitulado “A formalidade precária: os batalhadores do telemarketing”, onde o autor apresenta uma breve história do telemarketing no Brasil, sua relação com o crescimento do terceiro setor e da terceirização dos serviços, e a privatização das empresas de telecomunicações. Quando fala de precariedade, o autor se refere a um tipo de trabalho que contribui para a desorganização da vida como um todo, que tem como efeito a diminuição das possibilidades de realização de planos e aspirações futuras. Segundo Visser (2012), a tão falada flexibilidade pode significar tanto a radicalização da exploração da força de trabalho – pensando em trabalhos precariamente qualificados – e a possibilidade de uma certa autonomia, na qual o trabalhador pode organizar seu próprio horário etc. – no caso de trabalhos altamente qualificados. O autor defende que “o telemarketing é uma ocupação cuja constituição é precária, e tem consequências não só a nível individual, mas também social. Ajuda a reproduzir uma

condição precária que impede o sentimento de segurança social” (VISSER, 2012, p. 62). O que se pode notar é que o telemarketing funciona como um trabalho que reúne condições de trabalho do século XIX, com tecnologia do século XXI: controle rigoroso, metas, pausas rápidas.

Tanto nesta pesquisa quanto nas outras que fazem parte de “Os batalhadores brasileiros”, a escola e a família reproduzem valores como o “trabalho duro” e sacrifício pessoal, ambos centrais na incorporação das disposições (*habitus*) para o trabalho. Visser defende que

Essa nova classe trabalhadora se define pela incorporação de fortes disposições para o trabalho árduo, para o sacrifício pessoal, e que paga com o próprio corpo e alma o preço do capitalismo cada vez mais dominado por padrões de exploração do trabalho ainda mais eficazes e sutis. (VISSER, 2012, p. 82).

A família, a escola, a religião, o matrimônio, são categorias presentes em basicamente todas as pesquisas que os dois livros reúnem. Elas ocupam lugar de destaque nas trajetórias dos interlocutores. Um outro exemplo é o trabalho “Os batalhadores e o pentecostalismo: um encontro entre classe e religião”, onde os autores Brand Arenari e Roberto Torres debatem o lugar da religião nessa nova classe trabalhadora. O estudo busca compreender o que há de afinidade entre batalhadores e o pentecostalismo, e para isso Arenari e Torres tem como objetivo entender quem e o que são os batalhadores enquanto classe social, bem como procuram analisar o que é o pentecostalismo enquanto movimento religioso de uma classe social determinada. Ao contar brevemente a história do pentecostalismo, os autores defendem que essa é uma típica religião das classes dominadas. Com objetivo de demonstrar que a religião também faz parte da dinâmica das classes, os autores defendem que ela desempenha um papel importante no processo de formação de um certo “*habitus* batalhador”, assim como contribui para estruturar interações face a face que são decisivas. É possível perceber também que ocupar uma determinada posição social implica em estar inserido em um “campo de possibilidades e impossibilidades” (ARENARIA E TORRES, 2012, p. 347).

Um último exemplo é o trabalho de Patrícia Mattos, presente no livro “Ralé brasileira”, o qual se chama “A dor e o estigma da puta pobre”. O objetivo é “mostrar como se constrói socialmente a prostituta, que condições sociais e que modos de vida produzem e reproduzem um tipo humano excluído e estigmatizado” (MATTOS, 2009, p.

175). De acordo com a autora, condições materiais e sociais precárias produzem subjetividades também precárias. Características como autoconfiança e autoestima baixas são exemplos disso. Existe uma espécie de “destino” previsto para as mulheres da **ralé** que é um lugar onde não são reconhecidas socialmente e tem poucas probabilidades de mudança. O que a autora busca demonstrar é que, diferente do senso comum que vê na prostituta um indivíduo que escolheu seu trabalho, sua realidade, seu lugar no mundo social, se tornar prostituta não é exatamente uma escolha. Ela coloca que

Essa escolha, como diz Pierre Bourdieu, é apenas aparente, constituindo-se, na verdade, em uma “escolha pré-escolhida”, na qual as prostitutas são inclinadas a orientarem sua conduta a partir de alternativas previamente definidas pelo contexto de vulnerabilidade e precariedade do seu universo familiar. (MATTOS, 2009, p. 175)

### Considerações finais

O estudo de trajetórias possibilita uma melhor compreensão das dinâmicas sociais, das posições que ocupamos, o lugar de onde viemos e os possíveis lugares que podemos ocupar. É uma tentativa de ir além das análises que se apegam somente a fatores econômicos e desprezam questões culturais que constroem nossas disposições para agir, pensar e enxergar o mundo de determinadas formas. Nenhum agente age sozinho, e a análise de trajetórias aliada ao conceito de *habitus*, repetido diversas vezes ao longo deste breve trabalho, oferece uma lente pela qual é possível enxergar a força da socialização (familiar, escolar, religiosa, etc) e o impacto disso na prática, no cotidiano, nos corpos, nas relações, bem como nos ajuda a compreender como as desigualdades são produzidas e reproduzidas na sociedade. Rombaldi e Tomizaki destacam que

As condições sócio-históricas nas quais os indivíduos estão inseridos – como as oportunidades e restrições econômicas associadas à posição de classe de sua família – também atuam como condicionantes da ação social. Bourdieu propõe em “A distinção” que as condições objetivas de existência – que estão relacionadas a dada posição de classe – se traduzem em condicionamentos subjetivos, isto é, em disposições à conduta expressa nos mais variados estilos de vida. Isso significa que, para os membros de uma dada classe social, existem orientações que induzem – não determinam, portanto – à constituição dos gostos musicais e preferências alimentares, alcançando até as inclinações

políticas ou as disposições para o exercício de atividades profissionais. (ROMBALDI; TOMIZAKI, 2023, p. 727).

Finalmente, a análise de trajetórias, como já foi colocado no início deste trabalho, nos inspira a refletir sobre posições (e disposições) no mundo social; sobre “sucesso” ou “fracasso”, não como algo dado ou alcançado por mérito individual, mas como resultado de diversos fenômenos sociais, históricos, econômicos e políticos. O que foi demonstrado nos trabalhos aqui citados e em outros que confirmam esse argumento.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JÚNIOR, Jaime. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/Cebrap, 2016. p. 8-23.

ARENARI, Brand; TORRES, Roberto. Os batalhadores e o pentecostalismo: um encontro entre classe e religião. In: SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, ed. 2, 2012. p. 311-348.

BOLTANSKI, Lue; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. Trad. Ivone C Benedetti.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.C. A construção do objeto. In:\_\_\_\_\_ (orgs.). **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia**. 7a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 45-72.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006. Trad. Luciano Codato.

BOURDIEU, Pierre. O conhecimento pelo corpo. In:\_\_\_\_\_. **Meditações Pascalianas**. 2º Ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O espaço social e suas transformações. In:\_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 95-134.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de La Recherche En Sciences Sociales**, v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986. Trad. Olívia Alves Barbosa.

MATTOS, Patrícia. A dor e o estigma da puta pobre. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vivem**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009. p. 173-201.

ROMBALDI, Mauricio; TOMIZAKI, Kimi Aparecida. A Distinção: contribuições da sociologia bourdieusiana aos estudos das relações de trabalho no brasil. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RAMALHO, José Ricardo; SANSON, Cesar. **Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no brasil**. São Paulo: Annablume, 2023. p. 721-740.

SOUZA, Jessé (org.). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Humanitas, 2012.

SOUZA, Jessé (org.). **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

VISSER, Ricardo. A formalidade precária: os batalhadores do telemarketing. In: SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 61-84

# Dinâmicas de poder, Estado e masculinidades: reflexões e perspectivas teóricas

## Análisis de trayectorias como herramienta metodológica en ciencias sociales: Relevancia y contribuciones en el escenario brasileño

Karolayne da Cunha Gonsalves<sup>1</sup>

### Resumo

O texto aborda a complexidade e subjetividade do Estado e sua relação com gênero e masculinidades. O trabalho busca discorrer sobre a dificuldade de definir o Estado, destacando a diversidade de suas manifestações e seus efeitos no cotidiano. A partir de diversas perspectivas teóricas, como as de Norbert Elias (2006), Pierre Bourdieu (2014) e Michel Foucault (2008), discute-se a natureza e as dinâmicas de poder do Estado. Em seguida, o texto explora a intersecção entre Estado e gênero e, com a mobilização de autores, o texto traz “gênero” enquanto uma categoria analítica fundamental para compreender as relações de poder e as estruturas sociais. Por fim, o foco se volta para as masculinidades, especialmente as masculinidades negras, explorando sua complexidade e as intersecções com raça e classe social. Finalmente, busca-se manifestar a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender as subjetividades nas relações entre o Estado, masculinidades, gênero, raça e classe. A metodologia do artigo consistiu em uma revisão teórica de autores clássicos que formulam concepções sobre o Estado, bem como de autores que discutem masculinidades e gênero. A partir dessa articulação teórica, o artigo propõe uma reflexão crítica sobre o conceito de Estado patriarcal, tensionando os modelos tradicionais de compreensão do Estado que desconsideram as dimensões de gênero e masculinidades.

**Palavras-Chave:** Estado; Gênero; Masculinidades.

### Resumen:

El texto aborda la complejidad y subjetividad del Estado y su relación con el género y las masculinidades. El trabajo busca discutir la dificultad de definir el Estado, destacando la diversidad de sus manifestaciones y sus efectos en el cotidiano. A partir de diversas perspectivas teóricas, como las de Norbert Elias (2006), Pierre Bourdieu (2014) y Michel Foucault (2008), se discute la naturaleza y las dinámicas de poder del Estado. Luego, el texto explora la intersección entre Estado y género y, movilizand autores, presenta al “género” como una categoría analítica fundamental para comprender las relaciones de poder y las estructuras sociales. Finalmente, el enfoque se centra en las masculinidades, especialmente las masculinidades negras, explorando su complejidad y las intersecciones con raza y clase social. Por último, se busca manifestar la necesidad de un enfoque interseccional para comprender las subjetividades en las relaciones entre el Estado, las masculinidades, el género, la raza y la clase. La metodología del artículo consistió en una

---

<sup>1</sup> Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS).

revisión teórica de autores clásicos que formularon concepciones sobre el Estado, así como de autores que discuten masculinidades y género. A partir de esta articulación teórica, el artículo propone una reflexión crítica sobre el concepto de Estado patriarcal, tensionando los modelos tradicionales de comprensión del Estado que desconsideran las dimensiones de género y masculinidades.

**Palabras-Clave:** Estado; Género; Masculinidades.

## 1. Introdução

Ao refletir sobre o Estado, entramos na dicotomia de analisá-lo como uma instituição material capaz de nos afetar com o seu potencial de governabilidade, na sua presença e nos impactos da sua ausência. O objeto que nos atinge no cotidiano, seja nos detalhes burocráticos da sua afeição, como nas ações diretas a partir dos seus agentes, ou, ainda, na reflexão das suas subjetividades e, por fim, onde e no que o Estado pode estar e que muitas vezes não o identificamos, o que torna o fazer pesquisa e a perspectiva sociológica tão fundamental para emergir reflexões acerca do questionamento: afinal o que é o Estado?

O Estado, sempre com “E” em maiúsculo, como um agente próprio e pessoal, me parece figura fantasiosa, criada e reproduzida como ator violento, com funcionalidade de regular e controlar a sociedade (pelo menos no imaginário social e na perspectiva de autores contratualistas) mas onde ele está, como ele se forma e como ele atua? Será que a constituição dessa imagem ocorre, de fato, de modo tão uniforme e regular como normalmente visualizamos em algumas teorias? Para mobilizar o debate em torno do Estado, resgato contribuições teóricas sobre o tema e aproveito para mobilizar as masculinidades para trazer contribuir com o diálogo.

Mas afinal, qual seria o sentido de mobilizar as masculinidades nos estudos sobre Estado? Pode-se perceber que o texto é movido a questionamentos e adianto que, poucos serão definitivamente sanados, afinal tudo que se gera a partir de Estado é inesgotável. Ele se produz e reproduz cotidianamente em suas inúmeras formas e opera de forma singular na vida/situação de cada indivíduo. Não consigo definir uma condição e uma definição estável do Estado, porque ele é tudo e ao mesmo tempo é nada, visto que sua presença invisível permeia no imaginário e por isso que o torna tão difícil identificá-lo em determinadas situações, por isso decidi trazer as masculinidades para o *locus* de análise.

Em meu projeto de dissertação, analiso como a violência opera nos sentidos das masculinidades de homens autores de violência doméstica, a partir da trajetória de vida desses indivíduos. Ocorre que, mais uma vez nutrida pelos questionamentos, me coloquei a seguinte pergunta: e se tudo for violência? Esse fator não apenas pode definir as masculinidades constituídas, tampouco os episódios de violência doméstica, pois a violência perpassa as vivências individuais frequentemente, ainda que em níveis diferentes. Naturalmente surgiu outra indagação: de onde surge essa violência “natural” e a partir do que ela é vivenciada de formas diferentes?

Nesse movimento de compreender as masculinidades em torno do Estado, percebi que esse “Estado patriarcal” é muito taxativo e, ainda que soe arrogante, até mesmo simples para explicar as subjetividades e as intersecções que atravessam a vida de um homem (mas não apenas homens, que fique claro). No primeiro Grupo Reflexivo de Gênero<sup>2</sup> que eu acompanhei, observei que todos os homens que concluíram as atividades eram brancos e tinham uma situação econômica minimamente estável. Os dois homens que abandonaram já no segundo encontro eram negros, não tinham o ensino básico e não puderam acompanhar até o final, pois trabalhavam como profissionais liberais (ambos trabalhavam com obras e reformas, mas sem vínculo formal, ou seja, eles só recebiam pelo dia de trabalho exercido). Esse episódio me fez questionar as generalizações sobre esse “Estado patriarcal” ou o “Estado dos homens”. E não colocando em xeque qualquer desigualdade entre homens e mulheres, afinal esse não é o propósito do trabalho, tampouco deve-se abrir qualquer indagação sobre a veracidade disso, o que deve-se concentrar é no questionamento de quem são esses homens do Estado patriarcal? São homens pobres e negros? Na ocasião, quem “mereceu”, para o Estado, cumprir uma pena socioeducativa alternativa e quem tem o privilégio de ocupar esse espaço? Esses questionamentos não diminuem os fatos que levaram esses homens até o grupo, são apenas colocações para agregarem o debate que será proposto no presente ensaio. E, ainda que eu tenha mais perguntas do que respostas, o trabalho tem como finalidade dialogar sobre diferentes percepções em torno do Estado e gênero e, por fim, como podemos refletir sobre as masculinidades nesse cenário.

---

<sup>2</sup> O Grupo Reflexivo de Gênero é uma pena socioeducativa alternativa do Poder Judiciário do RS. Atualmente, na minha dissertação, busco compreender como as masculinidades de homens autores de violência doméstica são construídas e manifestadas no espaço do grupo.

## 2. A subjetividade do estado: um olhar sociológico

Ao ingressar no curso de Ciências Sociais, a primeira noção de Estado que é transmitida na universidade parte dos autores contratualistas, normalmente transmitida nas aulas de ciência política. Os debates são travados para compreender se a sociedade corrompe o homem ou se o homem é o seu próprio homem. Partimos de Aristóteles e vamos até Thomas Hobbes, Rousseau e John Locke. Essa perspectiva da formação do Estado nos acompanha ao longo da graduação e há uma certa dificuldade de desassociá-la dos nosso campo de estudos. Ao migrar para uma perspectiva mais contemporânea, mas que ainda é considerada “clássica” dentro da sociologia, nós resgatamos a perspectiva de Estado-nação do Norbert Elias (2006).

Norbert Elias (2006), conforme visualizamos no texto “Processos de formação de Estados e construção de nações” parte de uma crítica ao funcionalismo parsoniano, principalmente no que tange a ideia de sistema, estrutura e função. Para Elias (2006) as especificações de totalidade do funcionalismo ficam apenas no campo da abstração, pois negligência o que ele julga mais importante: o Estado-nação. Além disso, para ele, se não for identificado esse processo que atravessa a sociedade, não conseguimos compreender o desenvolvido e as mudanças ocorridas na história. A ideia do autor está ligada à questão de um Estado nacionalista, vinculado a governabilidade e formador de indivíduos enquanto cidadãos.

Já para Pierre Bourdieu (2014), na obra “Sobre o Estado” o sociólogo desbrava a natureza e o funcionamento do Estado, em que supera a perspectiva normativa do Estado ser neutro e imparcial, mas que na realidade, existem relações de poder atravessados na dinâmica e existência do próprio. Para o autor seria impossível analisar o Estado de forma genérica, como se houvesse uma receita válida para todas as realidades:

Para escrever uma proposição universal sobre a gênese do Estado, estamos condenados a fazer uma comparação universal das formas de Estado, até o Estado soviético, passando pelo Estado dos impérios incas? Minha resposta é não: podemos estudar um caso particular — ou um pequeno conjunto de casos particulares — de tal maneira que nosso

projeto seja aí captar as formas universais do Estado, a lógica da gênese de uma lógica. (Bourdieu, 2014, p. 175).

Para tal, o autor (2014) sugere como alternativa para os estudos que se atentam ao Estado, o estruturalismo genético, superando as diferenças e complementando as pesquisas entre sociologia e história. Para o autor as disciplinas partilham as mesmas preocupações, mas podem contribuir de modo singular. Nesse estruturalismo genérico, o autor reforça o quão necessário é olhar para as estruturas sociais, buscando identificar as dinâmicas e transformações, pois defende que o Estado não é algo estático, sólido e imutável. A proposta de trazer a abordagem “multidisciplinar” vem na direção de compreender o papel da história na sociedade e, conseqüentemente, em entender que o Estado mudou sua configuração a depender do tempo, local e configuração social. Demandas e caminhos que talvez apenas a sociologia não fosse capaz de apreender no seu escopo de análise.

Já para Michel Foucault (2008), o Estado não se concentra nas estruturas sociais, políticas e governamentais, mas no poder que se manifesta de forma difusa e é identificado em diferentes situações e condições. Dessa forma, o Estado não age apenas a partir da dominação e violência direta, mas também através de práticas que têm a capacidade de controlar. O autor sugere, igualmente, que esse poder permeado na instância do Estado também se manifesta em outras instituições, como escolas, prisões e família. Essa perpetuação se dará a partir da política, também com discursos e práticas das instituições e da vida social em sociedade. Identificamos que aqui o Estado deixa de ser analisado com a lente macro, migrando para uma perspectiva micro, observando as outras manifestações de poder no cotidiano social, como constitui e reproduz simbologias de controle e regulamento. Esse movimento ficará mais claro quando o ensaio abordar gênero, pois as autoras se inspiram no pensamento foucaultiano para compreender as dinâmicas de gênero como um dispositivo de poder.

Depois de realizar o exercício de revisitar do autor acima, cabe mencionar a apresentação do dossiê “Fazendo Estado - O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal” (Souza Lima, 2012), que busca justamente questionar alguns padrões reproduzidos nos estudos sobre o Estado e ver como a antropologia e o recurso da etnografia pode ser útil para proporcionar uma outra noção sobre as formações e representações estatais. Para os organizadores, antes de Revista Abordagens, v. 6, n. 1, jan./jun.2025. E-ISSN: 2674-824X

pensar em políticas públicas e ações de governo, precisamos pensar no Estado com uma dimensão de processo, fluxo e de performance. O Estado, para eles, configura e atualiza ações rotineiras e estereotipadas diariamente, a partir de dispositivos que já estão intrínsecos e se manifestam no sentir, na expressão e no discurso, por isso defendem que é necessário sair dessa noção institucionalista do Estado. Na minha visão, acredito que Foucault tenha caminhado na direção fugir da visão estática e do funcionalismo estatal, buscando identificar outros meios de analisar o Estado e suas dinâmicas de poder. Na próxima sessão, observamos como o Estado, gênero e masculinidades podem se relacionar.

### 3. Estado e Gênero

Em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*”, Joan Scott (1995) começa com uma revisão do conceito, abrangendo diversas áreas do conhecimento e diferentes correntes teóricas, como a marxista, a pós-estruturalista francesa e as teorias anglo-americanas. Após essa ampla revisão, Scott apresenta sua definição de gênero, rejeitando o determinismo biológico frequentemente usado para justificar disparidades entre indivíduos. Para Scott (1995), era essencial entender a "realidade social" através da lente de gênero, a fim de possibilitar mudanças sociais efetivas e escapar da binaridade tradicional. Assim, as desigualdades estão ligadas a contextos mais amplos, como os sistemas socioculturais, definidos por leis, regras e simbologias. A principal influência de Scott nesse período foi Michel Foucault, com o objetivo de analisar o gênero sob a perspectiva das relações de poder:

É preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de forças” sociais. No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem [...] (Scott, 1995)

A autora acredita que, dentro dos processos e estruturas sociais, existe um espaço de ação humana onde são construídas as identidades, os relacionamentos, a linguagem e, em última instância, a própria vida. Nesse contexto, a ideia binária de gênero, fundamentada no sexo biológico, seria cultivada e perpetuada por meio da inserção cultural, da educação e da imposição de normas. A contribuição de Foucault é especialmente relevante, pois Scott compreende o gênero como uma dimensão fundamental das relações de poder, como ela mesma aponta:

[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (Scott, 1995, p. 88)

Para Scott (1995), o gênero surge a partir de quatro elementos interconectados: i) Os símbolos culturais, representações simbólicas que reforçam a ideia de homem e mulher. Um exemplo disso na tradição cristã ocidental é Maria, cujo símbolo remete à maternidade, delicadeza e carinho, associando a mulher a essas qualidades; ii) Conceitos normativos que expressam os significados desses símbolos. Esses conceitos estão presentes em doutrinas religiosas, educação, ciência e política, geralmente baseados em uma visão binária ou fixa do tipo homem e mulher, masculino e feminino; iii) A concepção política, das instituições e da organização social: para a autora, embora o gênero seja construído por meio do parentesco, ele não se limita a esse contexto. A reprodução do gênero se dá também no mercado de trabalho, na educação e no sistema político, com uma organização ampla que transcende o parentesco; iv) A identidade subjetiva: a autora propõe uma visão histórica, buscando compreender as relações nas atividades, organizações e representações sociais (Scott, 1995).

Assim, como podemos perceber, para Scott (1995), o gênero é compreendido a partir de uma perspectiva foucaultiana, onde é visto como uma forma primária de dar sentido às relações de poder. Nesse contexto, Vianna e Lowenkron (2017) argumentam que gênero e o Estado não podem ser tratados de maneira separada; ou seja, o gênero não deve ser considerado apenas uma categoria de análise das configurações estatais, mas sim estudado paralelamente, de forma integrada e unificada ao Estado. Corroboro com a

defesa das autoras que se fundamenta no fato de que, para ela, não é possível pensar nas relações de gênero fora do contexto estatal, tampouco pode haver uma configuração estatal que não seja atravessada pelas dinâmicas de gênero. Para reforçar esse argumento, as pesquisadoras realizam uma análise cuidadosa da figura estatal nas práticas e reflexões dos movimentos feministas, destacando o feminismo marxista, liberal e radical. Cada vertente propunha diferentes abordagens: enquanto um movimento visava modificar a funcionalidade econômica do Estado, outro acreditava que bastava flexibilizá-lo e incluir as mulheres, e um terceiro grupo, dentro do feminismo radical, defendia que o Estado, sendo patriarcal, deveria ser destruído. Ao se aprofundarem no feminismo radical, as autoras começam a explorar pontos que são centrais para este ensaio<sup>3</sup>.

As autoras resgatam esse debate sobre o Estado patriarcal e o movimento feminista radical. O argumento defendido, é que o Estado é masculino e está alinhado aos interesses de homens. No entanto, inicialmente pelo menos, essa perspectiva “patriarcal” era ampla, negligenciando as inúmeras intersecções existentes e marcadores sociais que atravessam corpos de homens. Ainda que seja frutífero pensar que as dinâmicas de gênero são co-existent e são produzidas e reproduzidas no seio do Estado, assegurando a existência dele, tal como o Estado garante a condição da padrões normativos de gênero, é necessário ter cautela ao entender o Estado como patriarcal e àquele que prioriza os interesses dos homens. Afinal, que homem é esse?

### *3.1. Masculinidades*

Ainda movida pelo meu campo de mestrado, além dos inúmeros questionamentos já colocados nesse trabalho, há uma certa revolta ao perceber o tratamento diferenciado entre uns e outros. Há também uma confusão enquanto pesquisadora, mulher e feminista. Esse sentimento ambíguo de desejar a igualdade e a justiça para as mulheres vítimas (mas não apenas essas) e, ao trabalhar com homens, me pegar dividida entre sentir raiva pela

---

<sup>3</sup> O feminismo liberal nasce do pressuposto de que a desigualdade de gênero está na ausência de direitos e oportunidades iguais dentro das instituições sociais, como o mercado de trabalho, a educação e a política. Seu foco está na promoção da equidade por meio de reformas legais e políticas públicas, buscando a inserção das mulheres nas estruturas já existentes do sistema liberal-capitalista. Por sua vez, a vertente marxista, articula a opressão de gênero à lógica do modo de produção capitalista. Esse feminismo entende que a desigualdade está intrinsecamente ligada à divisão sexual do trabalho e à reprodução social. A exploração das mulheres, especialmente no trabalho doméstico e reprodutivo, seria a alimentação do capital. Por fim, o feminismo radical foca na crítica ao patriarcado como um sistema autônomo de dominação, anterior e transversal a outras formas de opressão. Essa vertente enfatiza a necessidade de ruptura com as normas de gênero e com a centralidade da sexualidade masculina como forma de dominação. Existem inúmeras correntes do feminismo, no entanto, essas três dialogam com a proposta do trabalho.

violência cometida, mas, igualmente, sentir dor pelo histórico de violência e pelos recortes que atravessam a vivência de cada um. Fazer sociologia não evita que o pesquisador se afete no campo, na realidade, esse contato é um exercício para trabalhar a ética e o artesanato intelectual.

Diante de alguns desconfortos do meu campo, a reflexão desse “Estado patriarcal” perde sentido. Não apenas por não compreender essa figura como algo sólido, material, uniforme, normativo e institucional, mas por questionar esse “patriarcal”. Ainda que me pareça um exercício desafiador, o pensar duplo de gênero e Estado, teria que ser um pensar triplo, agregando raça neste debate. Ao perceber que os homens que chegam no Grupo Reflexivo de Gênero e que tem a oportunidade de cumprir uma pena socioeducativa mais branda, são praticamente todos brancos e, aqueles que não são, não conseguem completar por conta das condições em que vivem, me faz lembrar do conceito de necropolítica do Achille Mbembe (2016). Ainda que essa situação não seja não comparável à ideia de quem merece viver e morrer, está atrelada a concepção de biopoder, em que os braços do Estado conseguem controlar a vida dos indivíduos. Então, quem é esse Estado patriarcal mesmo? Ele segue os interesses de um homem branco ou é um homem negro? Se fosse um homem negro, por que ele não consegue acompanhar um grupo ou por que ele não foi selecionado para cumprir uma pena mais branda? A quem interessa a exclusão de homens negros da sociedade?

Nesse aspecto, vale lembrar Sueli Carneiro (2023) que também resgata Foucault e o conceito de biopoder, compreendendo a raça também como um dispositivo de poder. A autora inclusive chama atenção para uma concepção de gênero limitada, sobretudo no caso do Brasil, que não pode ignorar o seu processo histórico-social. Certamente me fez perceber que foi até “inocência” (ou limitação de mulher branca) da minha parte me surpreender com o recorte racial do grupo reflexivo. Por isso, cabe frisar:

“Meu pressuposto é o de que, no contexto da modernidade ocidental, a racialidade vem se constituindo num dispositivo, tal como essa noção é concebida por Foucault. A racialidade é compreendida como noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder, conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder.” (Carneiro, 2023)

Para Daniel Santos (2019), a desumanização de homens e mulheres negras reflete as políticas europeias, o colonialismo e a escravidão. Ele recorre a bell hooks (1995), que aborda o processo de desumanização dos corpos negros e como esse fenômeno se articula em uma dinâmica de dominação, inclusive no que diz respeito à valorização do conhecimento produzido por homens negros e mulheres negras, visto que, no imaginário coletivo ocidental, o branco sempre foi considerado o detentor da razão. Essa situação contribui para as dificuldades atuais em articular o movimento feminista, pois a teoria feminista emerge a partir de uma necessidade específica das mulheres brancas eurodescendentes, desconsiderando as desigualdades que existem dentro das próprias experiências compartilhadas entre as mulheres.

O patriarcado combatido pela teoria feminista, para Santos (2019), é um patriarcado de supremacia branca. Essa mesma teoria de matriz branca, sufragista e europeia, contribuiu para a desumanização das mulheres negras e dos homens negros, mantendo um debate que, embora se oponha ao patriarcado e defenda a igualdade de direitos entre homens e mulheres, é fundamentado no racismo. Como diz Santos (2019):

A ausência do homem negro na teoria feminista eurocêntrica é mais um sinal do racismo do feminismo branco europeu, que destituiu simbólica e discursivamente a humanidade dos corpos negros masculinos, excluindo-os das hierarquias de poder gendradas. O homem da teoria feminista nunca foi o homem negro, pois este não é um homem [...] (Santos, 2019).

Santos (2019) rememora a conjuntura política do processo de abolição do trabalho escravo e do movimento sufragista nos Estados Unidos, que expôs claramente o racismo e revelou a lógica subjacente do movimento feminista branco e eurocêntrico. Esse projeto feminista, que excluía pessoas de cor, é um reflexo do colonialismo, mas que foi moldado e se perpetuou ao longo de diversos episódios históricos. Nesse contexto, entre o movimento sufragista de homens negros e mulheres brancas, as mulheres negras foram capazes de evocar a interseccionalidade e refletir sobre projetos que as contemplassem não apenas como mulheres, mas também enquanto parte das populações negras. Essas mulheres, muitas vezes ignoradas pelas narrativas historiográficas, foram fundamentais para dar visibilidade aos debates raciais, incluindo as discussões sobre as masculinidades negras.

Sem o feminismo negro, é possível que as masculinidades negras ainda estivessem à margem do debate acadêmico. Além disso, para Santos (2019), um momento crucial para o feminismo negro contemporâneo foi a década de 1970, com o manifesto coletivo Combahee River, majoritariamente composto por mulheres negras lésbicas estadunidenses. Esse momento de fronteira (Anzaldúa, 2019) ou de status de *outsider within* (Collins, 2016), proporcionado pelo movimento feminista negro, estabeleceu uma frutífera epistemologia feminista negra, com uma perspectiva interseccional e experiências compartilhadas.

Nesse processo, as masculinidades negras ocupam um lugar particular entre raça e gênero, sendo, portanto, um tema que deve ser alvo de investigações acadêmicas, devido à sua complexidade e delicadeza. Homens negros vivem em um espaço contraditório e paradoxal no que diz respeito ao gênero e à sexualidade (Santos, 2019), pois, enquanto são oprimidos pelo racismo, podem, ao mesmo tempo, ocupar posições de privilégio e poder em determinados contextos de gênero. Esses contextos são atravessados pela interseccionalidade de outros marcadores sociais, como classe social, escolaridade e geração.

Os corpos de homens negros produzem dinâmicas de subordinação e opressão (Santos, 2019), e é nesse espaço que reside a complexidade das masculinidades negras, pois elas não são desenvolvidas de forma única, sendo influenciadas por diversas relações de poder que atravessam a construção desses indivíduos, e essas intersecções devem ser mais exploradas. Nesse sentido, a crítica feminista negra não responsabiliza os homens negros pela subordinação das mulheres negras, pelo contrário, ela explora o homem negro como uma vítima tanto do racismo quanto do patriarcado (Santos, 2019). O papel da interseccionalidade, nesse contexto, representa um desafio para o pensamento feminista negro, ao buscar compreender como raça e gênero interagem nessa dinâmica de poder e como os homens negros podem, ao mesmo tempo, participar desse processo de subordinação e opressão.

### **Considerações Gerais**

Ainda que não tenha dada a devida profundidade ao tema das masculinidades e Estado, acredito que seja pertinente construir uma reflexão em torno do que

consideramos um “Estado patriarcal”, questionar os modelos e os nossos entendimentos sobre o próprio Estado e se é possível desassociar as representações estatais das dinâmicas de gênero. Nessa complexidade sem fim, precisamos olhar para aqueles que estão à margem e onde as dinâmicas do ser/não ser Estado tomam o sentido de um mosaico ainda mais difícil de acompanhar. Esse ensaio buscou se alinhar às masculinidades que estão nessa margem e, partindo da ideia de que gênero é um duplo sentido ao estatal, cabe lembrar a autora Veena Das y Deborah Poole (2008):

Situados siempre en los márgenes de lo que se acepta como incuestionable control del estado, los márgenes que exploramos en este libro son simultáneamente sitios en donde la naturaleza puede ser imaginada como salvaje y descontrolada y donde el estado está constantemente redefiniendo sus modos de gobernar y de legislar. Estos sitios no son meramente territoriales: son también (y quizás sea éste su aspecto más importante) sitios de práctica en los que la ley y otras prácticas estatales son colonizadas mediante otras formas de regulación que emanan de las necesidades apremiantes de las poblaciones, con el fin de asegurar la supervivencia política y económica. (Das & Poole, 2008)

Talvez seja à margem que o Estado faça mais sentido e onde a etnografia, conforme defendem as autoras, seja tão essencial. Por fim, além de permitir introduzir alguns questionamentos que me acompanharão ao longo do mestrado, esse ensaio permitiu refletir sobre a conjunção entre masculinidades, raça e Estado, sobretudo o quanto essas figuras podem atuar coletivamente nas suas presenças e ausências, conforme Camila Fernandes (2020). O Estado, ainda que um campo mutável constante, é possível observar a branquitude na sua constituição (Parteniani, 2016) e o recorte de gênero. Desse modo, vejo esse ensaio como um incentivo para prosseguir com determinados questionamentos e aprofundar determinadas representações dessa visão tripla, entre raça, gênero e Estado.

Por fim, ainda que eu me questione sobre o processo de construção do Estado, sua atuação e sua subjetividade, não consigo questionar a presença das suas representações. O Estado, até quando ele é ausente, ele consegue ser presente. Não existe ausência do Estado quando existe alguém em situação de rua, passando fome, levando tiro, recebendo batida de policial. Por isso, reforço mais uma vez, não acho que apenas gênero componha a produção dos sentidos estatais, penso que a raça tem papel

fundamental, principalmente no contexto brasileiro. A raça desempenha um papel central, especialmente no Brasil, onde o racismo estrutura não apenas relações sociais, mas também a própria lógica de funcionamento das instituições. Assim, ao refletir sobre o Estado como categoria de análise no meu campo de pesquisa, acredito que gênero, raça e Estado, quando considerados em conjunto, formam um tripé analítico potente. Essa combinação permite acessar a complexidade que a realidade social impõe, especialmente quando se trata de pensar as masculinidades: suas expressões, hierarquias e implicações nas dinâmicas de poder.

### Referências

ANZALDÚA, G. “Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam”. In: **Race/Ethnicity: Multidisciplinary Global Contexts**. vol. 4, n. 1. Autumn, 2010.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2014. [curso de 17 de janeiro. pp. 174-190) Arquivo.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023 (cap 1).

COLLINS, P. H. “Aprendendo com a outsider within\*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: **Revista Sociedade e Estado**. vol. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/21515>>.

DAS, V.; Poole, D. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, N° 27, pp. 19–52, 2008.

ELIAS, N. “Processos de formação de Estados e construção de nações”. In: \_\_\_\_\_. **Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública**, 2006.

FERNANDES, C. A força da ausência. A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. Sexualidad, Salud y Sociedad - **Revista Latinoamericana**, n. 36, 2020, pp.206-230.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. [Aula de 11 de janeiro de 1978; Aula de 18 de janeiro de 1978: pp 03-38; pp. 39-72].

HOOKS, b. “Intelectuais Negras”. In: **Revista Estudos Feministas**. vol. 03, n. 02, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.

SANTOS, D. Problemas de gênero dos homens negros masculinidades negras através das perspectivas do pensamento feminista negro e decolonial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. 30, p. 71-95, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/773>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, v.18, n.2, jul./dez.1990, 1995.

SOUZA LIMA, A. Carlos de. Apresentação do Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia (USP. Impresso)**, v. 55, 2012. pp. 559-564.

PARTENIANI, S.. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 31 n° 91 junho/2016. Arquivo

VIANNA, A; Lowenkron, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. In: **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 51, 2018. Arquivo

**SOUZA, Ortiz Belo de. Carta Magna da Umbanda: Documento Oficial para a Religião da Umbanda. São Paulo: Instituto Carta Magna da Umbanda, 2020, 60 p.**

Eduardo Cristiano Hass da Silva<sup>1</sup>

Aqui está a realização de um momento histórico de fixação dos valores que a Religião de Umbanda possui, onde o respeito à nossa ancestralidade e tradição da caminhos para que todos estejam dentro da evolução natural proposta pelos nossos guias, mentores e protetores (Ortiz Belo de Souza, 2020, p. 59.)

Uma breve busca por sítios eletrônicos traz notícias como: “Denúncias de ataques a religiões de matriz africana sobem 47% no país” (O GLOBO, 2019); “Traficantes evangélicos causam terror a religiões africanas” (TERRA, 2019); “Ataque a centro de umbanda caxiense será investigado como tentativa de homicídio” (PIONEIRO, 2020); “Atacados com frutas congeladas, frequentadores de terreiro de umbanda denunciam intolerância religiosa” (AUGUSTO, 2024); “Ataque a Templo de Umbanda no RS, alerta para o aumento da Intolerância Religiosa no Estado” (HAESBAERT, 2024); “Terreiro é novamente invadido e depredado na região metropolitana de Salvador (BA)” (AMORIM, 2023). O que levaria a tais ataques? Como explicar a intolerância e o racismo religioso no Brasil? Como combater tais práticas? As respostas para essas perguntas não são fáceis e, certamente, necessitam de muita reflexão e discussão.

Em um texto publicado em 2019, a historiadora Berenice Corsetti (2019) apresenta um quadro do Brasil Contemporâneo. De acordo com a autora, a partir da década de 1990, em especial com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, observa-se a estreita relação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Segundo ela, a partir das eleições de 2014, a agenda neoconservadora retorna ao cenário brasileiro, articulada, sobretudo, a grupos de políticos evangélicos radicais que, compõem a chamada Bancada da Bíblia (CORSETTI, 2019).

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre, graduado (licenciatura e bacharelado) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: [eduardohass.he@gmail.com](mailto:eduardohass.he@gmail.com).

Dentro deste contexto de neoliberalismo, neoconservadorismo e de grupos religiosos radicais, observa-se o crescente ataque às religiões de matriz africana e, também, à Umbanda. Embora entenda que o fenômeno mencionado não possa ser simplificado nos parágrafos anteriores, acredito que a produção e divulgação de conhecimento sobre os diferentes segmentos religiosos contribuiu para o enfrentamento e o combate à violência por intolerância religiosa e racismo religioso<sup>2</sup>. É dentro desta concepção que apresento a resenha da obra “Carta Magna da Umbanda: Documento Oficial para a Religião da Umbanda” que, conforme a epígrafe que abre este texto, consiste em uma realização histórica de fixação dos valores que esta religião possui.

A obra aqui apresentada resulta de um documento coletivo, cuja organização teve início no ano de 2013, a partir da atuação de adeptos das práticas religiosas da Umbanda. De forma geral, o documento tem o objetivo de “criar unidade coletiva, sendo instrumento de defesa dos trabalhos litúrgicos e culturais, institucionalizando o referido instrumento com fonte segura indicando a Umbanda como religião de fato, existente em todo território Nacional e estando em diversos Países” (SOUZA, 2020, p. 11).

Apesar do caráter coletivo da publicação, o texto final é assinado pelo Sacerdote Umbandista Ortiz Belo de Souza. Além desta obra, o autor atua em diferentes frentes de promoção e proteção à Umbanda: é fundador da Ordem Iniciática Portais de Libertação, Presidente Nacional do MPU-Movimento Político Umbandista, Realizador do Congresso Nacional de Umbanda e do Congresso Internacional de Umbanda, entre diversas outras atividades<sup>3</sup>.

Sem ter a intenção de interferir nas particularidades dos fundamentos religiosos de cada Centro de Umbanda, a publicação “serve como base orientadora para respostas aos estudiosos de teologia, sociologia, filosofia e aos seguidores da religião” (SOUZA, 2020, p. 12). Sendo assim, além de contribuir para construção de um pensamento coletivo, capaz de articular as particularidades que envolvem as práticas e saberes da umbanda, esta

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre as relações entre intolerância religiosa e racismo religioso, ver o texto “O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afrobrasileiras”, de autoria de Marcelo Camurça e Ozaías da Silva Rodrigues (2022). De forma geral, os autores apresentam a necessidade do estabelecimento de um debate que tome como referência englobante tanto a religião (intolerância religiosa) quanto à cultura (racismo religioso), estabelecendo o uso dos termos de acordo com o contexto em que ocorrem.

<sup>3</sup> Para saber mais sobre Ortiz Belo de Souza, ver o sítio do autor: <http://www.paiortizbelo.com.br/sacerdote-ortiz-belo-de-souza/>. Acesso em 05. Out. 2020.

obra contribui e avança na produção dos saberes científicos que tomam as religiões e suas diversas manifestações como objeto de investigação.

Ao longo de suas 60 páginas, o compilado sistematiza e apresenta temáticas fundamentais para o entendimento da Umbanda, contribuindo para a promoção do respeito à religião e para a manutenção de uma sociedade democrática, na qual os direitos e liberdades sejam respeitados. Os temas apresentados são, respectivamente, as leis brasileiras que protegem os direitos das liberdades religiosas; a história da Umbanda, aqui entendida como religião genuinamente brasileira; princípios religiosos básicos e; Ética e Moral religiosas.

Em relação à legislação brasileira que garante o direito e o respeito à diversidade religiosa, Ortiz de Souza apresenta e discute o artigo quinto da constituição, que garante a igualdade de todos perante à lei, sem distinção de qualquer natureza. Além disso, apresenta e discute as leis número 6.040/2007, 12.288/2010 e 12.644/2012, que estabelecem, respectivamente, o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais; o Estatuto da Igualdade Racial e, institui o 15 de novembro como dia Nacional da Umbanda.

Em relação à História da Umbanda, apresenta sua instituição, como religião, a partir da mediunidade de Zélio Fernandino de Moraes, que recebeu do Caboclo Sete Encruzilhadas a anunciação de uma nova religião, em 15 de novembro de 1908, em Neves/Niterói. De acordo com o autor, a religião fundamenta-se através da diversidade espiritual e cultural observada pelos Povos Indígenas, pelos Povos Africanos trazidos para o Brasil e pelo conceito espiritualista cristão e espírita europeus. Ao reconhecer as derivações oriundas do cruzamento religioso e cultural, a Umbanda agrega e adota práticas, “se posicionando totalmente contra qualquer forma de intolerância e discriminação religiosa” (SOUZA, 2020, p. 18).

Dentre os princípios religiosos básicos, a publicação entende a Umbanda a partir de suas principais características, sendo elas a de uma religião milenar, cósmica, evolutiva, crística, brasileira e miscigenada. Desta forma, seus adeptos aceitam que ser parte da Umbanda é aderir aos princípios de doação, caridade, compromisso, prosperidade e humildade.

Ainda em relação aos princípios básicos, a Carta Magna contribui para a superação de diversos estereótipos em relação à Umbanda. Inicialmente, destaca-se que é uma religião monoteísta, a qual “crê na existência de um Deus único, inteligência suprema,

causa primária de todas as coisas, eterno, imutável, imaterial, onipotente, onipresente, soberanamente justo e bom, infinito em todas as suas perfeições” (SOUZA, 2020, p. 28).

Além disso, o documento reforça a crença em Jesus Cristo, entendido como Pai Oxalá.

A obra reforça ainda a relação existente entre Umbanda e Natureza, sendo a partir desta que os Orixás se manifestam, que são os seres responsáveis pela sustentação planetária, alicerçando as condutas humanas. O autor destaca que, diferentemente do exposto no senso comum, os Orixás “não são deuses, mas sim, denominações humanas para os Poderes Reinantes do Divino Criador” (SOUZA, 2020, p. 28).

Ainda nos princípios básicos, são discutidos tópicos sobre as concepções da religião em relação ao direito à vida, ao direito à integridade pessoal, aos preconceitos étnicos e de orientação sexual e de identidade de gênero, à importância das crianças, idosos e deficientes na religião e na sociedade, entre outros tantos temas caros à vida em coletivo.

Para finalizar, são apresentados alguns princípios básicos sobre Ética e Moral, estabelecendo pontos de diálogo com a Religião (páginas 45 a 54). O autor parte da instituição da mitologia até a emergência da filosofia, entendendo que a humanidade está em um processo de esclarecimento ético, no qual a religião oferece suportes de esperança e justificativas para o cumprimento das exigências éticas. Embora de grande importância, está é a parte mais generalista do trabalho, apontando possibilidades de discussões futuras para historiadores, filósofos, sociólogos, antropólogos e demais pesquisadores das Ciências Humanas, ou que tomem o fenômeno religioso como objeto de estudo.

De forma geral, além de ser uma leitura importante para os fiéis umbandistas, o livro contribui para o avanço científico dos conhecimentos religiosos, bem como para a obtenção de subsídios para a defesa da liberdade religiosa e para a superação de estereótipos. Sendo assim, acredito que sua leitura permite estabelecer diálogos importantes que podem diminuir os ataques fruto da ignorância, articulada ao neoconservadorismo, neoliberalismo e aos grupos evangélicos radicais. A forma como a narrativa textual é apresentada possibilita que diferentes grupos possam se apropriar do livro, contribuindo para sua inserção em diferentes espaços sociais.

## Referências

AMORIM, Gabriela. Terreiro é novamente invadido e depredado na região metropolitana de Salvador (BA). Brasil de Fato, Salvador, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/terreiro-e-novamente-invadido-e-depredado-na-regiao-metropolitana-de-salvador-ba>.

AUGUSTO, Francini. Atacados com frutas congeladas, frequentadores de terreiro de umbanda denunciam intolerância religiosa. G1, Rio de Janeiro, 02 de maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/02/frequentadores-de-terreiro-de-umbanda-denunciam-intolerancia-religiosa.ghtml>. Acesso em: 20 maio de 2024.

CAMURÇA, Marcelo; RODRIGUES, Ozaias da Silva. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. *Revista OQ*, n.6, jan. 2022. Disponível em: <https://criola.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Dossie%CC%82-sobre-racismo-religioso-cuidado-e-comunidades-negras-tradicionais.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. *Educação UNISINOS*, n. 23, v. 4, 2019, p. 774-784.

HAESBAERT, Juliano. Ataque a Templo de Umbanda no RS, alerta para o aumento da Intolerância Religiosa no Estado. *Terra*, 01, mar. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/ataque-a-templo-de-umbanda-no-rs-alerta-para-o-aumento-da-intolerancia-religiosa-no-estado,b876d1f7c1684b6dfa30115245172406rcxp8skk.html>. Acesso em: 20 maio de 2024.

O GLOBO. *Denúncias de ataques a religiões de matriz africana sobem 47% no país*. 26 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/denuncias-de-ataques-religioses-de-matriz-africana-sobem-47-no-pais-23400711>. Acesso em: 05 out. 2020.

PIONEIRO. Ataque a centro de umbanda caxiense será investigado como tentativa de homicídio. 19 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2020/02/ataque-a-centro-de-umbanda-caxiense-sera-investigado-como-tentativa-de-homicidio-12189090.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

SOUZA, Ortiz Belo de. *Carta Magna da Umbanda: Documento Oficial para a Religião da Umbanda*. São Paulo: Instituto Carta Magna da Umbanda, 2020.

SOUZA, Ortiz Belo de. Sacerdote Ortiz Belo de Souza. Disponível em: <http://www.paiortizbelo.com.br/sacerdote-ortiz-belo-de-souza/>. Acesso em: 05 out. 2020.

TERRA. Traficantes evangélicos causam terror a religiões africanas. 18 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/traficantes-evangelicos-causam-terror-a-religoes-africanas,1780cd9c3e66e3685264918be080ac4db4ddw64t.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

## **Problemáticas de Gênero e Sexualidade: um panorama sociológico desses fenômenos sociais**

### **Problems of Gender and Sexuality: a sociological overview of these social phenomena**

Jéfferson Balbino<sup>1</sup>

ZAMBONI, Marcela... [et al.]. (org.). **Sexualidade e Gênero: controle e subversão**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 191 p.

A obra *Sexualidade e Gênero: controle e subversão* se originou a partir dos debates propiciados por uma disciplina sobre gênero e sexualidade, ministrada pela Profa. Dra. Marcela Zamboni, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, conjuntamente, em colaboração com as integrantes do GRAV (Grupo de Relações Afetivas e Violência). O livro é organizado pelas professoras/pesquisadoras: Marcela Zamboni, Helma J. S. de Oliveira, Mariana Melo, Juciane de Gregori e Emylli Tavares. É composto por uma apresentação, nove artigos/capítulos e uma seção com informações profissionais das organizadoras e articulistas.

O primeiro capítulo, intitulado *O Esgotamento das Políticas Identitárias nas Lutas Sociais: uma leitura a partir de Judith Butler*, de autoria de Maria Joaquina da Silva Cavalcanti trata das políticas identitárias. A autora, logo de início, chama atenção para o fato da esquerda contemporânea ter se perdido dentro das categorias que sempre foram pautadas pelos movimentos sociais liderados pela esquerda. Para compreender esse processo de políticas identitárias, Cavalcanti corrobora nas teorias de Helena Hirata, Roberto Efrem Filho e da filósofa Judith Butler, justamente, para investigar o local que essas identidades devem ocupar nas políticas da esquerda contemporânea.

Cavalcanti historiciza sobre o conceito *política identitária*, pontuando sobre o surgimento e significado do conceito de *interseccionalidade* e, ainda, tece uma contumaz explicação acerca da categoria *mulheres*, a partir da concepção de Butler. Outrossim, a autora discute o conceito de *reciprocidades constitutivas*, alcunhado por Roberto Efrem Filho, que nada mais é do que as relações que envolvem classe, gênero, sexualidade,

---

<sup>1</sup> Diretor de Escola na Secretaria Municipal de Assis. Doutor em História (UNESP/Assis). Professor na Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. E-mail: [jeffersonbalbino@bol.com.br](mailto:jeffersonbalbino@bol.com.br).

territorialidades que são de maneira recíproca constitutiva, isto é, são produzidas entre si e produtoras de violências. A autora frisa que tal conceito é oriundo das concepções de *interseccionalidade* e *consustancialidade*. Ou seja, é uma abordagem complementar a de Judith Butler.

Respalhada em Butler, Cavalcanti conclui que:

[...] o caminho para a reorientação da esquerda para superar as “antinomias liberais” que atualmente a consomem é voltar-se para as formas ilegítimas de violência perpetradas pelo Estado, pontuando que os enquadramentos através dos quais a esquerda é pensada contemporaneamente precisam ser redirecionados tendo em vista essas formas de violência estatal. (CAVALCANTI, 2020, p. 21).

Percebe-se, portanto, a necessidade de utilizar a questão da precariedade para estabelecer alianças políticas na própria esquerda.

A Autora finaliza seu artigo, suscitando uma reflexão sobre a legalização de drogas no Brasil, haja vista que há um imensurável retrocesso no que tange a legislação sobre drogas no país que serve apenas para reforçar a violência do Estado, sobretudo, contra aqueles cidadãos marginalizados socialmente como, por exemplo, os negros.

O segundo capítulo, denominado *Feminicídios generificação da política e politização da violência*, de autoria de Emylli Tavares do Nascimento procura objetificar o conceito *feminicídios* como “um tipo de violência que decorre exclusivamente das relações de gênero” (NASCIMENTO, 2020, p. 27). Para isso, Nascimento elucida o surgimento e, posteriormente, o aprimoramento do conceit *feminicídio* como também o modo que o termo ganhou notoriedade, sobretudo, devido a uma série de acontecimentos de violência contra mulher, ocorrido nos países da América Latina.

A autora recupera os contextos históricos – que envolvem estupros e assassinatos de mulheres, transcorridos em Ciudad Juárez, na fronteira do México com os Estados Unidos. Nascimento tece explicações a fim de esclarecer para o leitor a diferenciação entre feminicídios e crimes comuns, inclusive, alerta – respaldada em Wânia Pasinato – sobre a urgente necessidade de distanciar o feminicídio de crime passional, basta ver que o segundo delito é passível de penas mais brandas.

Posteriormente, a autora confronta o termo *patriarcado* que ao ser utilizado de maneira a-histórica reforça a opressão de gênero e, obviamente, a dominação masculina. Nascimento ainda apresenta o conceito *reciprocidades constitutivas*, de Roberto Efrem Filho, que trata a maneira como essas categorias de gênero/sociais estão arraigadas umas às outras.

A despeito do feminicídio, a pesquisadora Emylli Tavares do Nascimento conclui que:

Analogamente, o feminicídio serve como chave de inteligibilidade empregada nos discursos feministas para anunciar que as mortes de mulheres são ocasionadas pelo “ódio e menosprezo ao gênero feminino”, pela “dominação masculina” que permite aos homens enxergá-las como “propriedade” e demandar-lhes uma “submissão feminina”, que quando é desobedecida culmina em violência letal. (NASCIMENTO, 2020, p. 35).

O terceiro capítulo, intitulado *Transfeminicídio: entre abjeção e precariedade*, de Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira, a pesquisadora problematiza o quão sofrível é para mulheres transexuais e travestis viverem numa sociedade que vê como algo execrável o que foge das fronteiras binárias heterossexuais, culturalmente demarcadas.

A autora se respalda em Judith Butler – mais especificamente em suas obras *Problemas de Gênero* e *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto* – para analisar a hipervulnerabilidade que essas pessoas estão sujeitas ao se assumirem em posição não-binária, haja vista que estão sujeitas a sofrerem as mais terríveis crueldades, apenas por serem classificadas como “diferentes”. Oliveira, também, busca compreender a complexidade existente no que tange a normatização do corpo das mulheres *trans* (transexuais e travestis) e suas respectivas performatividades em âmbito social.

O texto em questão é essencial, sobretudo, porque traz uma revisão de literatura acerca da temática do *transfeminicídio* em consonância com outras categorias como *precariedade*, *abjeção* e *passividade*. Ou seja, o estudo evidencia o transfeminicídio como “o resultado da precariedade de vidas em razão destas romperem com o binarismo heteronormativo e não serem, portanto, passíveis de luto”. (OLIVEIRA, 2020, p. 50).

Por fim, a autora traz valiosa contribuição ao recuperar dados – inclusive, em níveis mundiais – sobre transfeminicídio e analisa-os de modo que o leitor possa

compreender o quanto as pessoas *trans* são brutalmente assassinadas, apenas por não se enquadrarem na binaridade secularmente imposta.

O quarto capítulo, denominado *Os Efeitos da Passabilidade: as diferentes experiências de mulheres travestis e transexuais e homens transexuais no trabalho*, é de autoria de Felipe Franklin Anacleto da Costa. O texto traz uma interessante (e necessária) discussão no tocante as experiências vivenciadas por mulheres travestis e transexuais e homens transexuais no mercado de trabalho. Costa aplica o conceito de *passabilidade* para promover sua análise, visto que é uma condição que essas pessoas utilizam ou não “para que suas identidades de gênero passem despercebidas nos lugares que frequentam”. (COSTA, 2020, p. 71).

O articulista traz à tona o fato da empresa capitalista ser uma instituição que excluem as pessoas que fogem dos padrões hegemônicos, socialmente, atribuídos. Embora haja por parte de algumas empresas a *gestão da diversidade*, que assegura um número limitado de vagas às pessoas negras, com deficiência e LGBTQIA+, na visão de Costa ainda é insuficiente, uma vez que é algo ínfimo diante de uma exclusão macroestrutural. O autor, ainda, problematiza em seu texto a questão da homofobia institucional.

A meu ver, o ponto alto do texto é quando o autor traz uma entrevista com um homem transexual e, concomitantemente, uma análise sobre a trajetória desse indivíduo. A análise em questão revela as dificuldades que uma pessoa *trans* vivencia já a partir da infância e que se estende para as fases subsequentes da vida como, por exemplo, na adolescência quando a sexualidade é “descoberta” e na juventude quando é inserido no mercado de trabalho...

A partir desse estudo, Felipe Franklin Anacleto da Costa conclui que os homens transexuais possuem maior *passabilidade*, ou seja, conseguem passar com sua identidade de gênero de modo despercebido nos ambientes sociais facilitando a conquista de empregos formais. Enquanto para mulheres transexuais e travestis, por serem menos “passáveis”, possuem ampla exclusão do mercado formal de trabalho.

O capítulo seguinte, intitulado *Entre Femicídio e LGBTQI+Fobia: breves considerações sobre crimes de ódio no fluxo do sistema de justiça criminal*, escrito por Helma J. S. de Oliveira, Mariana Melo e Marcela Zamboni traz uma reflexão sobre o modo como o ódio está intrinsecamente relacionado aos crimes de LGBTQI+fobia e femicídio. Para isso, as autoras tecem explicações acerca do que caracterizam crimes de ódio, sobretudo, aqueles

que carregam a intenção de morte da vítima, por quem são praticados e no que são motivados. As pesquisadoras também criticam o modo como a justiça possibilita abrandamentos punitivos, precisamente, por fazerem parte do tribunal do júri indivíduos que legitimam papéis morais. Inclusive, as autoras argumentam que em alguns crimes, na Paraíba, envolvendo casais homossexuais juízes distinguem como mais “passionais”, ao contrário do atribuído quando os mesmos tipos de crimes envolvem casais heterossexuais.

Oliveira, Melo e Zamboni fazem uma exímia elucidação sobre o conceito *homofobia* que, inicialmente, possui o sentido de medo que alguns indivíduos têm de sujeitos não-heterossexuais ou com identidades de gênero que fogem a binaridade. Contudo, conforme frisado pelas autoras, a “fobia” que o termo carrega deu lugar a atos de violência, provocados por ódio e desprezo contra as pessoas que fogem dos limites impostos da heteronormatividade. É, justamente, essa “alteração” de pessoas que passam a desempenhar papéis relacionados ao sexo oposto daquele que consta em sua certidão de nascimento, isto é, que rompem com a matriz de gênero considerada “normal” que torna motivo para alimentar a homofobia dos sujeitos que vêm essas pessoas como “diferentes” com uma espécie de patologia que precisa ser combatida.

As pesquisadoras, também, esclarecem acerca do conceito *feminicídio* que consiste na violência contra mulheres e morte dessas mulheres, provocadas por homens motivados por ódio, posse, desprezo. É explicitado, também, o quão a situação é ainda pior quando se trata de mulheres trans e travestis. As estudiosas ainda recuperam o modo como a legislação brasileira tratava e, atualmente, trata os crimes de feminicídio.

O capítulo seguinte: *Notas Introdutórias sobre a importância da Dimensão Racial nos Estudos de Gênero e Sexualidade*, é de autoria da pesquisadora Juciane de Gregori e têm por objetivo discutir a importância da questão racial em estudos sobre gênero e sexualidade, haja vista que “esses campos atravessam um percurso de encontro, onde se interceptam múltiplas formas de interpretação” (GREGORI, 2020, p.111).

A autora estabelece diálogos com vários autores para demonstrar a importância de incluir a dimensão racial em estudos de gêneros e sexualidades e, ainda, demonstra a necessidade em operacionalizar o conceito *interseccionalidade* em pesquisas que versa essa temática, sobretudo, por ser uma ferramenta teórica alicerçada no feminismo negro.

Gregori também elucida o modo que os conceitos *racismo* e *sexismo* podem ser analisados através de semelhanças, diferenças, acoplamentos, cruzamentos, entrelaçamentos e intersecções, basta ver que são categorias autônomas e articuladas. Contudo, a articulista assevera que é difícil articular tais conceitos devido ao fato da correlação entre ambos serem fenômenos complexos que interdependem do contexto. Não obstante, na visão da pesquisadora, precisamos enxergar a *interseccionalidade* e o *feminismo negro* como esferas em comum no campo da análise de gênero, afinal um depende do outro.

O capítulo que é apresentado na sequência é nomeado: *Articulações nas Relações de Poder: performatividades de gênero e sexualidade na prática da revista íntima*, da pesquisadora Eloisa Slongo. A autora busca analisar as categorias de gênero e de sexualidade que são utilizadas durante a revista íntima no sistema prisional. Slongo traz dados para corroborar sua análise e, concomitantemente, problematizá-los.

No tocante a revista íntima, Slongo explicita em seu texto como é vexatória e degradante tal prática carcerária que, inclusive, fere os Direitos Humanos, conforme observa a pesquisadora ao narrar os métodos utilizados na vistoria. Segundo ela, as mulheres e familiares de presos ao passar pelo processo de revista íntima estão tendo sua integridade física e psíquica violadas, haja vista que expõe seus corpos de modo depreciativo, ou seja, essas pessoas perdem a autonomia sobre seus próprios corpos em decorrência do controle policial.

Ao longo de seu texto, a pesquisadora também promove um diálogo com outros autores – como Judith Butler e Roberto Efrem Filho – para tratar dos significados e sentidos de gênero, o que é fundamental, sobretudo, para o leitor compreender como o papel do Estado se torna expressão daquilo que é a dominação masculina. A partir do presente estudo vemos como a mulher é vítima e agente de disputa no sistema prisional e, conseqüentemente, o modo como as violências institucionais das prisões precisa ser coibido, afinal os familiares e amigos de presos ao visitá-los no presídio não deveriam ter suas liberdades ceifadas através de práticas ultrajantes.

Em seguida temos o capítulo *Direitos Reprodutivos das Mulheres Brasileiras: entre a maternidade e a morte*, de Monique Ximenes Lopes de Medeiros. O artigo em questão discute as restrições existentes na lei brasileira em referência aos direitos sexuais e

reprodutivos das mulheres e, conseqüentemente, analisa tais proibições sob o prisma da perspectiva das teorias de gênero.

Em sua pesquisa, Medeiros aborda dois pontos problemáticos no que tange os direitos reprodutivos das mulheres em nosso país: a esterilização voluntária e a proibição do aborto. E a partir disso, a articulista critica o modo como a legislação brasileira controla o corpo feminino, inclusive, ao ponto de dar poder para o homem decidir sobre a esterilização do corpo de sua esposa. Ou seja, devido à lei brasileira, a mulher casada perde o controle sobre seu próprio corpo.

Para fundamentar a pesquisa, a autora se respalda nos estudos de Judith Butler e Michel Foucault, justamente, pelo fato dos teóricos citados ressignificar os conceitos de *corpo*, *sexo* e *gênero*. Na visão de Medeiros, a sociedade heteronormativa não pune somente aqueles indivíduos que exercem seu gênero de modo não permitido como acontece, por exemplo, com os homossexuais, transexuais e travestis, mas também penitência aquela mulher que se recusa a ser mãe, algo visto como um ultraje cabível de punição jurídica e social. Isto é, o corpo feminino só teria significação caso utilizado para a procriação.

A autora, ainda, faz uma interessante problematização sobre a maneira que a mulher pobre tenta administrar sua liberdade reprodutiva, uma vez que nem sempre terá dinheiro para efetuar a compra de um método contraceptivo ideal e/ou definitivo. Medeiros também contextualiza os dados estatísticos que demonstram que a maioria das mulheres que fazem uso de métodos contraceptivos seguros são aquelas com maior grau de escolaridade, brancas e com maior poder aquisitivo. Em contrapartida, as mulheres que mais se submetem ao aborto são aquelas com baixa escolaridade, pretas, pardas e indígenas, com baixa renda familiar e que residem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Além disso, as pesquisas apontam que metade das mulheres que praticam aborto precisam de internação hospitalar para finalizar o procedimento que muitas vezes é realizado de maneira e condições inadequadas. Ou seja, o aborto clandestino penaliza com sequelas ou morte, sobretudo, as mulheres mais pobres que, aliás, não são passíveis de luto. Assim sendo, o texto de Medeiros nos leva a refletir não apenas sobre o direito à vida, mas também como os direitos reprodutivos conferidos a mulher brasileira poderia tornar o cenário menos sórdido e mais humano.

O derradeiro capítulo é “*Meninos do Black Bloc*”: *entre a reprodução de papéis de gênero e sua abolição na prática anarquista de protesto radical*, de Florian Grote. O texto em questão observa a presença dos *Black Blocs* em manifestações ocorridas no Brasil, sobretudo, nas Jornadas de Junho, em 2013, contra o aumento das tarifas de transportes públicos das principais cidades brasileiras. A partir disso, Grote busca investigar os papéis tradicionais de gênero nesse tipo de tática anarquista de protesto, visto que nessas manifestações foram assumidas masculinidades generalizadas para classificarem os participantes que mascarados quebravam vitrines de lojas e incendiavam agências bancárias para protestar contra os poderosos políticos que controlam o país.

O articulista discute a reprodução de papéis de gênero no *Black Bloc* a partir dos estudos da teórica feminista Simone de Beauvoir, exatamente, para compreender como ocorre a reprodução de papéis tradicionais de gênero dentro de movimentos antiautoritários como é o caso deste.

Em seu texto, Grote vê como solução para a abolição de gênero nos *Black Blocs* acabar com o equívoco da “teoria dos meninos adolescentes”, pois há inclusão de mulheres nos protestos, inclusive, é sabido que, historicamente, as mulheres sempre estiveram presentes em protestos e manifestações para reivindicarem direitos negados. Nesse sentido, a participação de mulheres no *Black Bloc* é algo essencial, devido ao fato de contribuírem para “a desestabilização das categorias e dos papéis de gênero”. (GROTE, 2020, p. 180).

Diante de todo o exposto, vemos como a obra *Sexualidade e Gênero: controle e subversão*, organizadas pelas pesquisadoras Marcela Zamboni, Helma J. S. de Oliveira, Mariana Melo, Juciane de Gregori e Emylli Tavares é essencial para compreendermos os avanços e retrocessos no campo das sexualidades e gênero, em termos de esfera pública. Além do que é uma fonte de estudos inesgotável para aprimorarmos nosso conhecimento acerca de tal temática, dada a qualidade e densidade das pesquisas apresentadas.